

## *CARTA DE BRASÍLIA*

7º CONTEC – 24 de agosto de 2025

Nós, Técnicos Judiciários do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, reunidos em Brasília/DF, no 7º Encontro do Coletivo Nacional da Fenajufe de Técnicos do PJu e do MPU, reafirmamos de forma clara e inequívoca nossas intenções e compromissos políticos diante da categoria e de nossas entidades representativas.

A prioridade central da nossa luta é pela redução do abismo salarial que se instaurou entre os cargos do PJu e do MPU, fruto da concessão de sucessivos reajustes lineares em termos percentuais, e não nominais, ao longo dos anos.

É urgente e inadiável a reestruturação da nossa carreira, com o retorno da histórica sobreposição das tabelas remuneratórias entre os cargos, direito dos técnicos injustamente retirado há mais de 20 anos, que aprofundou a desigualdade dentro do mesmo Poder.

Defendemos, como caminho justo e viável, o modal 100/85/70, aprovado pelas Plenárias de Belém (2023) e Natal (2024), mantido no último Congrejufe realizado em abril-maio/2025 na cidade de Foz do Iguaçu, pelo qual:

- os Técnicos Judiciários atinjam 85% da remuneração do Ciclo de Gestão do Poder Executivo Federal, como medida de justiça e reconhecimento do papel estratégico que desempenham. É público e notório que os ocupantes do cargo há anos vêm executando tarefas de alta complexidade no âmbito do PJu e do MPU, mormente em razão do advento dos avanços tecnológicos e científicos incidentes sobre os processos de trabalho na sua realidade laboral;

- os Analistas Judiciários sejam enquadrados no mesmo patamar remuneratório do Ciclo de Gestão do Poder Executivo Federal (100%);
- os Auxiliares Judiciários, cuja valorização também é indispensável para a coesão da carreira, atinjam 70% da remuneração do Ciclo de Gestão do Poder Executivo Federal.

Estamos cientes de que somente a unidade, a luta permanente e a firme atuação política junto às entidades sindicais, ao CNMP, à PGR, ao CNJ, ao STF, ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, tornarão possível a concretização desta pauta.

Com esta Carta de Brasília, firmamos compromisso de fortalecer a luta coletiva, somar esforços com toda a categoria, mediante intensa mobilização, e exigir que nossas entidades mantenham a defesa da sobreposição, no modelo 100/85/70, como bandeira prioritária da reestruturação da carreira.

Brasília/DF, 25 de agosto de 2025.

Assinam os Técnicos Judiciários participantes do 7º CONTEC de 2025.